

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

---

FERRABINO (Aldo). — *Nuova storia di Roma*. — Roma, Tumminelli, (1942, 1943, 1949), 3 vols., pp. 606-XII; 634-XII; 668-LXXVIII.

Com a publicação do terceiro e último volume temos hoje completa a “*Nuova storia di Roma*” de Aldo Ferrabino: torna-se pois possível agora expressar um juízo definitivo sobre esta obra, que se apresenta importante por diversas razões, quer pelo assunto, quer principalmente pelo autor, conhecido estudioso e professor de história da antiguidade na Universidade de Pádua. De Aldo Ferrabino lembramos amiúde obras de valor crítico e interpretativo: um “Império ateniense” (1927) que Roberto Paribeni definiu justamente como “aguda e doura reconstrução histórica do período da hegemonia ateniense, desde Péricles até à batalha de Egos Pótamos”; outro notável estudo sobre a “*Dissoluzione della libertà nella Grecia antica*” (1929); outra brilhante reconstrução histórica de Roma vista por grandes visões no volume “*Italia romana*” (1934). Lembro com especial prazer um lindo texto escolar de história da antiguidade, claro na exposição, copioso no material, interessante na apresentação didática. De Aldo Ferrabino podíamos, pois, esperar uma autorizada e completa história de Roma. Ao contrário, a nova obra nos desiludiu completamente. Vejamos as razões.

A primeira objeção que surge espontânea — embora possa parecer ingênua — diz respeito ao título. Por que “*Nuova storia di Roma*”? O adjetivo “nuovo” é sempre perigoso, especialmente nos títulos. Deixando de lado o absurdo de uma qualificação que perde a importância contemporaneamente à perda de atualidade da obra, e que adquire uma pátina de ridículo quanto mais se afasta da data de publicação, no adjetivo “nuovo” persiste um perigo ainda maior quando pensamos no ato audaz de anunciar já no título de um livro uma novidade que deve ser descoberta pelo leitor justamente da primeira à última página. No campo histórico em particular, prepara-se para escrever uma “nova” obra o estudioso que se encontra numa destas duas situações: ou quando pensa ter pronta uma série de indagações que não se podem adaptar ao velho sistema e aos costumeiros agrupamentos; ou quando se propõe interpretar os fatos seguindo um conceito filosófico diferente acerca do valor que a espiritualidade humana tem na ordem do universo. Todavia, num caso ou no outro, é inútil, além de prejudicial, a advertência específica do adjetivo “no-

---

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

vo”: tem quase um sabor de exibicionismo, tão afastado do espírito crítico quanto o seja da honesta consciência de um verdadeiro estudioso. Todavia, tomemos nota de que essa história é “nova”, isto é, a mais recente e sobretudo diferente das que a precederam. Procuramos, pois, a novidade.

O brevíssimo prefácio apresenta afirmações importantes. Assim começa Ferrabino: “Já apareceram neste século diversas histórias de Roma, outras estão anunciadas: obras de erudição, para os doutos e os especializados; ou então de divulgação, destinadas à escola e aos estudiosos; algumas são até, como costumamos dizer, romanceadas”. Completando as palavras de Ferrabino — sem tomar em consideração as publicações escolares e muito menos os romances mais ou menos históricos — podemos lembrar que entre as obras de erudição publicadas nos últimos cinquenta anos se encontram trabalhos de Berr, Pais, Homo, Besnier, Altheim, Barbagallo, Frank, Niese, Ducati, Vogt, Bloch, Cardinali, Giannelli, Corradi, Andreotti, Paribeni, etc., para citar apenas os mais importantes. Ora, Ferrabino explica que sua nova história de Roma não “pertence a nenhuma dessas categorias: não é romanceada, não é escolar, não é para os doutos”. E afirma: “Esta é uma história inteiramente baseada sobre testemunhos, mas destinada ao mais vasto número possível de leitores, a qualquer tipo de pessoa”. A afirmação do autor é importantíssima, especialmente em sua segunda parte: que seja uma história inteiramente baseada nos testemunhos, nem há dúvida; mas não esqueçamos de que foi escrita para um público vastíssimo, até para “qualquer tipo de pessoa”. Ora, em qualquer categoria de pessoa pode haver também quem conheça pouco de história romana, ou de qualquer maneira quem deseje conhecê-la bem, em todos os pormenores ou pelo menos nos pormenores mais importantes.

Pois bem, esta nova história de Roma começa com o sítio de Veios, isto é, três séculos e meio depois da fundação da Urbs. A princípio o leitor pensa num expediente artístico. De fato: a conquista de Veios representa o passo inicial da expansão romana; mas também o período precedente interessa: as origens, a formação, a organização. O autor insiste: Roma existia há 351 anos; melhor: há oito gerações. Mas nada mais. O leitor pensa ainda num expediente artístico: depois da conquista de Veios, o autor irá retroceder para narrar os primeiros passos daquela cidade para a qual o destino guardava o mais vasto e longo império do mundo antigo. Nada: página por página chegamos ao fim do primeiro volume (606 páginas), isto é, até ao fim da segunda guerra púnica; mas dos primeiros três séculos e meio nenhuma palavra. Incrédulos voltamos a ler o breve prefácio: nada. Somente então os olhos caem sobre uma advertência no verso do frontispício com o título de “plano desta história”; e finalmente descobre-se que “esta história — são palavras do autor — segue a expansão do domínio romano: desde a primeira grande conquista de além Tibre até à última, que transpôs ao mesmo tempo o Danúbio e o Eufrates: portanto de Camilo a Trajano. Essa expansão — continua a nota — teve pausas, não teve retrocessos. Foi a realidade de cinco séculos contínuos. Colaboraram para êsse empreendimento ditadores e cônsules, triúmviros e príncipes. Povos antes inimigos ou desconhecidos receberam todos por fim uma lei só e comum: **salus publica suprema lex**. Para comodidade do leitor — termina a nota — a narração será distribuída da seguinte maneira: primeiro volume,

de Camilo a Cipião; segundo volume, de Cipião a César; terceiro volume, de César a Trajano”.

Eis pois que se descobre o mistério: esta nova história de Roma não é uma história completa, mas antes a narração da expansão do domínio romano. O título é, afinal, realmente inexato; e mesmo assim, sem mencionar sequer três séculos e meio que precedem o sítio de Veios, sem uma conclusão após o ano de 117, morte de Trajano, esta obra de quase duas mil páginas se nos apresenta como um corpo mutilado, — **horribile dictu!** — um corpo sem cabeça e sem pernas... Principalmente, não é uma história de Roma “dirigida a um público o mais vasto possível de leitores, a qualquer espécie de pessoa”.

Esse primeiro defeito traz consigo uma quantidade enorme de outros pequenos defeitos e omissões. É possível, por exemplo, estudar Roma sem conhecer a formação dos povos itálicos, sem penetrar as profundas influências exercidas pelos etruscos em qualquer campo da vida romana? A história de Ferrabino começa com o sítio de Veios, apresentado como o momento crucial para Roma; mas em vão procuramos nas páginas dedicadas a este sítio (nada menos que trinta páginas) algo que explique a situação e muito menos porque aquele momento fôsse tão decisivo. Além disso, nessas páginas fala-se de “locumones”, de tribunos, de imperadores, sem por outra explicar ou definir as origens ou as funções desses cargos. De fato, começando a narrar a história de Roma desde 403 a. C., quer dizer não mencionar a instituição dos tribunos — pormenor a nosso ver indispensável para um conhecimento ainda que mínimo das instituições romanas —; significa não explicar a passagem das instituições monárquicas para as republicanas — pormenor, parece-nos, absolutamente insubstituível apenas com a menção de que existiam côsules, censores, pretores, questores, edis, tribunos e senado —; começar a história de Roma desde 403 a. C. significa não falar sequer na aliança dos romanos com os latinos; quer dizer não explicar a importância da lei agrária de Espúrio Cássio, o plebiscito de Publílio Voleão a respeito da organização da assembléia da plebe, a proposta de Terentílio Arsa, a lei Icilia sobre a distribuição das terras do Aventino para a plebe, significa não explicar o surgir e o conteúdo das Leis das XII Tábuas, nem lembrar as leis Valérias e Horácias, a proposta de Canuléo, para citar somente alguns fatos fundamentais, que mais tarde terão importância excepcional. Em cada página surgem espontâneas na memória relações e liames entre os fatos narrados e os precedentes; surgem espontâneos numerosos pedidos de elucidações, as quais, ainda que inúteis para o erudito ou o especialista desses estudos, são indispensáveis para o leitor comum, justamente para aquele leitor a quem o autor declara dedicar sua nova tarefa. Então? Nós nos encontramos perante uma obra que falta ao primeiro e mais importante escopo: a utilidade prática, pois admite como conhecido o que deveria ser explicado e explica o que é já conhecido.

Mas passemos a algum exemplo mais peculiar desses defeitos. Sempre no breve prefácio afirma-se que o autor “atingiu diretamente a esplêndida tradição antiga”. As fontes são lembradas passo a passo: Tito Lívio, Políbio, Plutarco, Júlio César, Dião Cássio, Tácito, Plínio-o-Moço. O autor adverte honestamente que cada fonte tem um caráter diferente; mas ele mesmo se deixa tomar pelo tom diferente: assim também a narração sofre por esse vício de

origem; e quando o escritor abandona o tom poético de Tito Lívio, encontra-se na necessidade de vivificar Políbio e de aprofundar Dião Cássio ou explicar o profundo pessimismo tacitano. Resulta disso um estilo híbrido, às vezes desproporcionado, até obscuro em alguns pontos. As dúvidas, as controvérsias, as conjecturas da hodierna ciência histórica foram mantidas longe da narração: o autor afirma que expôs somente "o que de sólido e orgânico a ciência produziu". Dêsse modo, nesa obra deveríamos encontrar amalgamados acontecimentos, feitos, sentimento e fé; e, ao mesmo tempo, os valores poéticos e os científicos, a cultura antiga e a cultura moderna. Ideal maravilhoso, desejo realmente encomiável; mas a realidade é um pouco diferente. História e poesia podem ir juntas num fato único, num acontecimento modesto ou excepcional, não numa história complexa e multifôrme, à qual sabe melhor um caráter de exposição sistemática e científica. Na nova história de Roma de Ferrabino encontramos um estilo semi-poético com pretensões de ciência através de parênteses pouco úteis e amiúde molestos ou interrogações ainda menos úteis e muito mais molestas. Desagrada, afinal, aquele tipo de prosa moderna que, sobre os passos do hermetismo poético, quer suscitar mais do que esclarecer as imagens e às visões, os pensamentos e as lembranças, os problemas e as relativas soluções. Assim, por exemplo, o drama da plebe, a força do patriciado, a metódica sagacidade do Senado republicano, a fraqueza das instituições cartaginesas são mais entendidas do que compreendidas pelo leitor: o qual, no fim de um capítulo ou de um volume, sente-se cansado e até, infelizmente, com fastio por causa de uma prosa que oscila entre a veleidade de concisão histórica e a aspiração de rebusque literário. E pois que amiúde estão inseridos trechos das histórias de Tito Lívio (com particular predileção para os diálogos e os discursos), resulta em consequência que, para quem está acostumado com o estilo liviano, parece estar lendo páginas inteiras do grande historiador, inclusive qualidades e defeitos.

Até, se bem observarmos, surge espontaneamente a idéia de aproximar o autor dessa nova história de Roma ao historiador da idade de Augusto: ambos interpretam a história à maneira de Cícero, como **opus maxime oratorum**, isto é, num sentido não científico, mas retórico, ético e artístico. Com os **Ab Urbe condita libri**, também êstes três volumes de Aldo Ferrabino devem ser lidos com a mente na obra de arte, cheia de calor e de luz, de comoção e de harmonia. Já os antigos — por exemplo Sêneca pai e Quintiliano — louvaram junto com a **ubertas** estilística também o **candor animi** que afastava Tito Lívio das partes cruéis e obscuras da história, aproximando-o ao contrário da representação da majestade, da nobreza das ações e dos sentimentos, até personificá-lo nos fatos dramáticos e nas personagens épicas: no reviver aquêles feitos e aquelas personagens, no voltar para aquêl mundo por êle profundamente vivido e idealizado, êle se formara — é do autor a confissão — uma alma antiga (**celerum et mihi vetustas res scribenti nescio quo pacto antiquus fit animus**). Ora, foi muito bem afirmado por um dos mais competentes estudiosos de literatura latina (A. Rostagni) que a inspiração fundamental da obra de Tito Lívio deriva de sentimentos patrióticos, morais e religiosos, análogos aos formulados por Vergílio em sua **Eneida**. O poeta, achegando-se com alma trepidante e comovida pelos mistérios do destino humano e da história, procurava compren-

der por que virtudes, forças e fatalidade Roma tivesse alcançado o vértice do sublime; o historiador, mais ou menos nos mesmos anos, se havia proposto mostrar com que tipo de vida, com que costumes, com quais homens e quais instituições civis e militares se formou e desenvolveu o império (**quae vita, qui mores fuerint, per quos viros quibusque artibus domi militiaeque et partum et auctum imperius sit**); por fim, por que processo aquêl **princeps terrarum populus** tinha acrescido ao ponto de sofrer quase por sua grandeza (**eo creverit, tu jam magnitudine laboret sua**). A inspiração fundamental em Vergílio e em Tito Lívio é a mesma; e idêntica é a inspiração de Ferrabino: no prefácio afirma, de fato, estar unindo fontes clássicas, sentimento, fé e tudo o que de sólido e de orgânico a ciência produziu. "Assim — conclui Ferrabino — por uma espontânea convergência de valores científicos, de cultura antiga e de cultura moderna, possa levantar-se dessa história (isto é, a **Nuova storia di Roma**) aquêl espírito de religioso amor pátrio no qual a Itália sublimou-se durante séculos, nação de civilização no perpétuo renovar-se inexausta".

A inspiração fundamental é, pois, idêntica em Vergílio, Tito Lívio e Ferrabino. Mas, os resultados? Em Vergílio e Tito Lívio são ainda em grande parte idênticos: ambos unem o presente com o passado de Roma, a lenda com a realidade, a proto-história com a história. Ora, êsses resultados faltam em Ferrabino, quer nos limites externos da narração, quer na representação interna dos fatos, quer no tom do estilo. Uma obra, em suma, que falhou? Não é certamente uma história que podíamos esperar de Aldo Ferrabino; e não ficará como etapa original nos estudos da antiguidade clássica. Único particular interessante: a copiosa documentação ilustrativa. Mil e duzentas e cinqüenta fotografias, escolhidas entre as mais típicas e importantes, acompanham o texto mostrando documentos antigos, reconstruções, vistas modernas de lugares históricos, objetos, moedas, plantas topográficas, etc. A documentação ilustrativa supera de muito o valor da narração: é realmente uma pena que tantas e tão interessantes ilustrações não sejam o natural complemento do texto. A "nova" história de Aldo Ferrabino é somente "uma história pelas imagens".

G. D. LEONI

---

CHAILLEY (Jacques) — **Histoire musicale du Moyen Age**. Presses Universitaires de France. Paris, 1950. 356 p.

Até há pouco, o que existia de melhor sobre a história da música na Idade Média eram os numerosos artigos espalhados ao longo dos grossos volumes do clássico dicionário de Grove. Ou então, obras altamente especializadas referentes a determinado país e quase sempre tendentes a demonstrar que êsse país foi o que mais contribuiu para o desenvolvimento da música. Dificilmente encontramos nelas aquela serenidade de apreciação e de julgamento que caracteriza o referido dicionário inglês. (Basta dizer que é em suas páginas que se encontra o melhor estudo até hoje feito sobre a "modinha" portuguesa e sobre a importância das formas de canto e de danças populares da Península Ibérica no conjunto da música européia...). A lacuna que sentiam

os estudiosos de história da música, de uma obra de conjunto sobre a música na Idade Média, foi satisfatoriamente preenchida pela obra de Jacques Chailley, publicada em 1950 pela Presses Universitaires de France. Do espírito que presidiu à elaboração da obra, dá idéia o moto que o A. escolheu, extraído de um escrito do historiador Henri Focillon: "Les faits, en histoire de l'art, ne se groupent pas dans le temps comme une séquence monotone... Ils sont organisés selon une certaine ordre de rapports, comme dans l'économie interne d'un être vivant."

A "ordre de rapports" não se faz esperar. Logo no primeiro capítulo, um apanhado feliz da civilização romana, ou mais precisamente, do legado romano à Idade Média, naquilo que podia exercer influência sobre a vida artística incipiente dos primeiros séculos medievais. Depois, a tradição musical grega, os primórdios da música cristã e o desenvolvimento da música litúrgica até a reforma de Gregório. O gregoriano aparece em toda a extensão do seu significado. Assim também, os movimentos de reforma ocorridos ao longo da idade medieval, mais como resultado das numerosas influências advindas dos contactos mais ou menos frequentes com povos do Oriente, da África ou mesmo do norte da Europa. As manifestações da música popular nos diversos países (*lied*, *villancico*, *romanza*, *balada*, *chanson*, *modinha*, *cantiga*, etc) são tratadas com a devida consideração e bem situadas no que se refere ao problema das influências, assunto sempre perigoso e, por isso mesmo, convidativo a conclusões mais ou menos apressadas.

Está sempre presente, nas páginas desta obra, o papel de "laboratório" representado pelos primeiros séculos da Idade Média, no qual se preparou o advento dos tempos modernos. Musicalmente, a Idade Média termina com a renascença carolíngia. "Dès la Renaissance caroligienne, les premiers éléments de la culture musicale moderne commencent se rassembler, et produisent avec la seconde Renaissance, celle du XII<sup>e</sup>. siècle, leurs premiers monuments définitifs. L'architecture romaine, les chansons de geste, le *Jeu d'Adam et Ève*, les chansons des troubadours, ne sont pas des documents de simple curiosité, mais les premiers chefs-d'oeuvre de l'ère actuelle. A partir de cet instant, il n'y a plus de Moyen Age: il y a notre civilisation moderne, et non seulement en germe, mais avec les témoins vivants de chaque étape de ses transformations.

En ce qui concerne la musique, on peut encore considérer les déchants hucbaldiens, les *organa* de St. Martial de Limoges comme des essais expérimentaux mais à partir de la fin du XII<sup>e</sup>. siècle, l'ère du laboratoire est close. Les grands *organa* de Pérotin, les motets de Montpellier, les rondeaux d'Adam de la Halle ne sont pas des exemples de musicologie, bons tout au plus à intercaler dans une conférence; ce sont des oeuvres d'art achevées, qui méritent l'audience des concerts au même titre que la *Bataille de Marignan* ou une symphonie de Beethoven; le siècle de S. Louis marque um apogée, celui de Machaut une crise, dont les temps de Dufay marque le dénouement, et l'époque de Josquin de Près un nouvel age d'or" (p. 310-1).

Como obra de conjunto, acessível aos leigos, sem os exemplos musicais que assustam os não iniciados, o livro de Jacques Chailley merece ser lido por todos os que se interessam pela história da música, um dos setores mais interessantes da história da civilização, infelizmente tão pouco cuidado entre nós.

O A. faria uma obra completa se se desse ao trabalho de juntar ao livro, ao lado das eruditas referências bibliográficas, uma pequena discografia ilustrativa dos assuntos tratados. E para êle, vivendo em França, não seria difícil: bastaria copiar alguns títulos do catálogo da *Anthologie sonore*, a excelente coleção (já com mais de 160 discos), atualmente dirigida por Felix Raugel, e na qual a música medieval figura com os exemplos mais expressivos que chegaram até nós.

### ODILON NOGUEIRA DE MATOS

CIDADE (Hernani). — **Luís de Camões — O Lírico**. Livraria Bertrand, Lisboa, 1952. 2a. ed., revista e ampliada. 354 pp.

Os estudos da obra lírica de Camões levados a efeito pela erudição de Hernani Cidade datam de quase 20 anos, quando em 1936, na "Revista da Faculdade de Letras de Lisboa", escreveu "LUÍS DE CAMÕES — I. o Lírico". Num crescendo de novas contribuições pessoais, na forma como na substância primitiva do seu trabalho ("Luís de Camões — A Vida e a Obra Lírica", edições **Ocidente**, Lisboa, 1943), a peregrinação de Cidade pela poesia lírica do vate lusitano culminou na obra monumental que hoje vem a lume, com a mesma epígrafe. Relativamente à sua obra "LUÍS DE CAMÕES — o Épico" ("Rev. da Fac. de Letras, Lisboa, 1950), já nos pronunciamos através das páginas da "PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO" (Globo, 1951, n.º 16, págs. 118-121). Hoje, movidos pela mesma sincera e profunda admiração da trajetória crítica do ilustre professor, nos propusemos passear por entre as flores de sua nova publicação, um dos seus primeiros pontos de chegada. Cidade constitui, sem restrição alguma, grande honra para a Faculdade de Letras de Lisboa, cujo Conselho lhe conferiu a direção da **Cadeira de Estudos Camonianos**, deixada, sem sucessão, em 1933, pelo saudoso camonista dr. José Maria Rodrigues, a quem tantos trabalhos de fôlego deve o poeta do Mondego. Somos, portanto, quase suspeitos para dar a nossa palavra sobre a obra do prof. Hernani Cidade, tal a simpatia e o prestígio intelectual de que goza o Autor aqui em São Paulo e particularmente na Cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

O autor dispôs em três tópicos fundamentais o plano do seu estudo da poesia lírica do poeta: viu primeiramente a **formação do poeta**; em seguida, a **temática** e as confidências do homem; finalmente, os valores expressivos da sua arte. Os dois outros aspectos, que se desarticulam propriamente da avaliação da obra, estão representados pela **biografia** e pelo **Cânone** da Lírica, mais pertinentes a uma edição filológica da obra, onde se dispersariam em notas informativas de rodapé as controvérsias relativas à paternidade literária e os farrapos biográficos do artista, que, assim cosidos, descambam para a rapsódia novelesca de contornos imprecisos e cheia de bruscos interrupções (o próprio Autor o confessa: "É impossível, aliás, seguir sem saltos bruscos uma biografia onde há tantas impenetráveis obscuridades" (pág. 48). Possível-

mente o propósito inicial de uma obra de conjunto sobre a lírica de Camões consiga justificar o acréscimo dessa matéria estranha à justipreciação estética da obra.

No primeiro tópico faz o prof. Cidade uma investigação inteligente dos afluentes culturais que contribuíram para a formação do poeta; vários foram os focos de influência, que não atuaram todavia segundo uma ordem cronológica no espírito do bardo: a **tradição poética nacional** — representada pela lírica trovadoresca (do século XIII ao Cancioneiro de Rezende); a **cultura clássica** — que o Renascimento generalizou pela Europa, e a **poesia petrarquista** — que trazia consigo o afluente da filosofia platônica do amor. As fontes propriamente ibéricas (que desceram para o poeta depois de haverem escoado pela poesia de Dante e se aprimorado no pincel de Petrarca) trouxeram-lhe aquela atitude quase religiosa para com a mulher amada — tênue reminiscência do “serviço” cavalheiresco dos tempos da feudalidade; a invocação do **mar** — como confidente ou fonte inspiradora, e o aspecto humorístico — que se traduz na sua poesia madrigalesca, alegre, irônica, facetada, onde o poeta se entretem com equívocos e trocadilhos, agudezas, paradoxos e toda uma pirotecnia intencional de metáforas e jogos de palavras.

O legado clássico se exprime na poesia camoniana através das reminiscências vergilianas, sumonenses e horacianas, cuja poesia Camões não somente leu como também extraiu dela algumas imagens, a paisagem bucólica, a matéria mitológica, a serenidade medíocre da vida rústica. O sensualismo e o aspecto dilemático do Renascimento levaram respectivamente para a poesia lírica de Camões o nú e a justaposição dos dois maravilhosos, duas notas que estão bem expressas no poema épico. Falando dessa duplicidade espiritual da Renascença, Heřnani Cidade surpreende com rara intuição: “Os espíritos (do Renascimento) ainda não haviam feito, como no século XVII, a separação — estanque entre a expressão da crença religiosa e a expressão do ideal artístico” (pág. 144). Era, portanto, difícil dissociar duas realidades que rolavam juntas no complexo cultural dos séculos XV e XVI.

Finalmente: a influência italiana e, por seu intermédio, a concepção idealista do amor (que vem do “Banquete” e provavelmente dos “Dialoghi d’amore” de Leão Hebreu). Essa contribuição, que se deve a Sá de Miranda quando de seu regresso da Itália em 1527, é manifesta no poeta luso — desde a sua profissão de fé ao **estilo novo** (na égloga “A rústica contenda...”), até à paráfrase do apaixonado de Laura. Feliciano Ramos, num pequeno ensaio (“Ensaio de Crítica Literária”, 1a. série, Coimbra, 1933) já havia esboçado o estudo das influências da lírica petrarquista na poesia lírica do poeta luso. Outros e outros aspectos surpreendera Cidade do cotêjo entre os dois vates, bem como entre a poesia camoniana e a poesia de Boscão; e aqui o Autor percebeu com fina acuidade crítica que tanto o define, até onde o cantor do Mondego superou a arte do poeta catalão. O influxo platônico é evidente, desde a expressão máxima nas redondilhas “Sobolos rios que vão...” até os sonetos — em que às vêzes a filosofia do Divino alterna com a do mestre de Estagira. A propósito, permita-nos discordar dele o prof. Cidade, bem como o prof. Vieira de Almeida — que por sua vez não afina com algumas conclusões a que chegou Cidade na interpretação do soneto “Transforma-se o ama-



dor na coisa amada". O nosso reparo se refere à exegese do termo **semideia** e da adversativa **mas** que inicia o primeiro terceto da poesia. A lucidez crítica de Vieira de Almeida não percebeu todavia a razão do primeiro termo, como ainda o valor estilístico da conjunção nessa altura do soneto. Por sua vez, o prof. Cidade não parece estar certo quando afirma que a associação de conceitos das duas filosofias — a platônica e a aristotélica — perturba a unidade ideológica do soneto. Nos sonetos pertencentes à galeria da metafísica amorosa, é nota predominante o conflito (de que tem consciência o poeta) entre o mundo inteligível — que Camões apreende através da atividade racional, e o mundo sensível — em que o poeta vive. Dêsse conflito surge, quase sempre, a conclusão (adversativa) de que o amor (realidade supra-sensível) é impossível por via racional. O artista vive nesse duelo entre a Razão — que abstrai, e a sua experiência pessoal; entre a Razão e a Sensibilidade. Por isso percebeu bem Cristiano Martins, que viu nessa lírica do vate um "platonismo sem fé, um platonismo desiludido...", que advem da "irreparável divisão entre o sonho e a realidade, entre a fantasia e a experiência vivida, entre a idéia ou a imagem e as entidades concretas". Nos dois primeiros quartetos o poeta exprime a transformação do amante no objeto amado, através do muito imaginar; e a satisfação espiritual completa que advem dessa metamorfose, a ponto de mais nada desejar o corpo de alcançar. **Mas** (surge a nota que a sua experiência vivida opõe à tese platônica), "esta linda e pura semideia" está no pensamento como (se fôra) idéia: "semideia", porque o poeta tem consciência de sua realidade material e conseqüente impossibilidade de conceber a **idéia** pura, a **idéia perfeita**; a semi-idéia está, pois, enganosamente no seu pensamento como **idéia**. Não vemos por onde haja desequilíbrio na estrutura ideológica do soneto.

Na revisão do problema, das influências da filosofia de Judas Abarbanel sobre Camões, Cidade não chegou a conclusões definitivas, deixando em suspenso um pormenor que continua a vibrar seu ponto de interrogação no espírito dos exegetas. Os "Dialoghi d'amore" teriam, ou não, exercido o seu papel na formação espiritual do poeta? Ou a realidade poética transcende a índole das outras realidades? As balizas do conhecimento poético estariam, por acaso, decalcadas sobre contornos precisos das outras formas de conhecimento? A filosofia de Leão Hebreu deveria ter sido glosada com fidelidade pelo poeta que nela se inspirou?

Na análise da temática lírica, a inteligência lúcida do crítico distanciou-se longinquamente da interpretação crítica inexplicavelmente frívola e incoerente a que chegaram José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, devidamente reduzida no impiedoso ensaio que Antonio Sérgio dedicou aos ilustres prefaciadores da lírica de Camões ("ENSAIOS", t. IV, Lisboa, Seara Nova, 1934). E é ainda com as mesmas qualidades que o Autor percebeu as relações artísticas entre o poeta e a Natureza. Nesses painéis paradisíacos da natureza, em que a visão equilibrada e pagã do homem de Quinhentos se associa à doce emoção cristã diante da paisagem, está ainda um recanto estilístico no processo de adjetivação da realidade, que traduz com fidelidade o princípio do "ne quid nîmis" previsto pela estética helênica da Renascença. Se o prof. Cidade não estudou o valor funcional dos adjetivos, não só no retrato da natureza como na

pintura física e moral da mulher amada, surpreendeu todavia muitos outros recantos indevassados do poder artístico do poeta na descrição e comunhão da natureza. Os limites desta nossa apreciação não permitem pôr em evidência outros tantos achados da investigação do prof. Cidade, que devassou ainda a religião do poeta, descobriu na lírica o espírito de cruzada que vivifica o seu poema épico, o culto do herói clássico — numa confirmação do conceito de hierarquia social e do aristocratismo de espírito do poeta; os meios expressivos de sua arte e até onde atuou na criação literária do poeta a diretriz racional na formação dos símbolos e das metáforas.

O livro do prof. Cidade constitui, por todos e outros motivos, um jorro de luz sobre a figura do criador das Tágides, esse poeta que oscilava “entre os dois polos opostos da vida espiritual: — o naturalismo pagão da moda cultural e o espiritualismo tradicional de inspiração cristã”.

### SIGISMUNDO SPINA

PEREIRA DA COSTA (F. A.). — *Anais Pernambucanos*. Vol. II: 1591-1634. Arquivo Público Estadual. Recife, 1952. 638 p.

Em o número anterior desta *Revista* tivemos ocasião de noticiar o aparecimento do primeiro volume dos *Anais Pernambucanos* de Pereira da Costa, publicado pelo governo de Pernambuco, por iniciativa do sr. Agamenon Magalhães. Terminamos aquela nota fazendo votos para que tão valiosa iniciativa não ficasse no primeiro volume. E não ficou!... Mal entrou para o prelo o número anterior da *Revista de História*, recebemos o volume segundo da obra do historiador pernambucano, compreendendo os anos de 1591 a 1634.

Alcançando os primeiros anos da dominação holandesa, encerra este segundo volume preciosos subsídios para o estudo desse período de nossa história, extraído (o que é digno de menção) tanto de fontes portuguesas e brasileiras, como de holandesas. Tais subsídios não se limitam aos aspectos políticos e administrativos, mas, também, aos aspectos sociais, religiosos, étnicos e, sobretudo, econômicos. O A. travou conhecimento com a bibliografia holandesa referente ao Brasil, a começar pelo opúsculo de Moerbeek, que constitui verdadeiro ponto de partida para o estudo do período holandês. Convém lembrar que o referido opúsculo, que data de 1624 e se intitula *Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil* foi divulgado entre nós em 1942, numa edição do Instituto do Açúcar e do Alcool, traduzido pelo Padre Agostinho Keijzers e anotado por José Honório Rodrigues. Cumpre salientar, ainda, neste segundo volume dos *Anais Pernambucanos*, a reprodução de duas magníficas estampas da obra *América* de Arnoldus Montanus, impressa em Amsterdão em 1671.

“Lançado agora o presente volume (do prefácio), que, como se sabe, é o segundo de uma série de dez, praza aos céus que não se interrompa o ritmo de sua publicação, para que chegue a bom termo, divulgando-se todo esse monumento histórico, dentro do período governamental em que vivemos.” Es-

te é, também, o desejo de todos os estudiosos da história pátria, e esperamos que a morte do governador Agamenon Magalhães, há pouco ocorrida, não venha interromper a obra de divulgação que, em tão boa hora, iniciou.

### ODILON NOGUEIRA DE MATOS

SOUZA (Eusébio de). — **História Militar do Ceará.** Monografia n.º 15 da Série História do Ceará, da Coleção Instituto do Ceará. 1950 (Obra póstuma).

Destinada a integrar uma coleção de assuntos cearenses, a presente obra pretende historiar a evolução das instituições militares no Estado do Ceará.

Apresenta-nos, assim, os fatos da ocupação militar do litoral, por portugueses e holandeses; a organização militar, desde o Comando das Armas, até a criação da 10.ª Região Militar, os corpos militares e para-militares; os movimentos armados; a cooperação do Ceará na Guerra do Paraguai e II Guerra Mundial; vultos militares cearenses.

Sem considerar-se o acendrado amor ao seu terrão natal, o panegirico de seus conterrâneos e o estilo jornalístico, de tudo o que o autor não pôde se livrar, o trabalho apresenta pontos altos e baixos.

Uma cuidadosa pesquisa bibliográfica e diplomática e a perfeita elucidação dos fatos constatados, são os elementos positivos.

O plano da obra, entretanto, é discutível, pela sua essência e pelo seu conteúdo. O que contém, de mais ou de menos, pode ser explicado pela falta de revisão final, pois é obra póstuma (de acordo, aliás, com os esclarecimentos da família do Autor). Assim, às vezes é por demais extenso e minucioso. Transcreve o inteiro teor do decreto que estabeleceu as flâmulas simbólicas de Comando, na Polícia Militar. Enumera os retratos inaugurados na sala de Comando de uma Unidade do Exército, etc. Por outro lado, citando a participação dos cearenses nas guerras do Brasil, omite a Revolução Acreana de 1899, na qual os cearenses exerceram destacado papel. Não procurou, também, o A., de forma alguma, explicar a ocupação e colonização militar do Ceará. Por que os fortes? Por que foram localizados onde estão? Contra quem?

Já se formos verificar o plano, em sua essência, constataremos algo que compromete seriamente a obra.

De fato, não se pode colocar sob nome de História Militar tudo que diga respeito a fortins, quartéis, vultos militares, etc. Nem mesmo a descrição de combates e feitos heróicos, a citação de datas e efetivos, a participação de militares na política. A História Militar tem sua individualidade — porque é uma especialização da História — no estudo dos fatos militares em si, a reunião dos meios para a batalha (estratégia), e o modo de dirigir-los e empregá-los no combate (tática).

Ora, nada disso encontramos nesse livro. Parece-nos, mesmo, não caber no Ceará uma História Militar. Teremos, sim, uma contribuição ao estudo da História Administrativa do Ceará, mesmo uma História das Instituições Mili-

tares. O capítulo dos movimentos armados não pode passar de um subsídio à História Política, no máximo de História do Militarismo.

E somente sob esses pontos de vista é possível reconhecer os méritos assinalados à "História Militar do Ceará".

Cap. WALTER JOSE FAUSTINI

RECEBEMOS E AGRADECEMOS O ENVIO DAS SEGUINTE  
PUBLICAÇÕES (1952):

- Açoreana.** — Angra do Heroísmo, v. IV, fasc. IV, 1949.
- Anais.** — Pôrto-Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1950, 106 pp.
- Anais da Academia Portuguesa da História.** — Lisboa, v. 3, 1951.
- Annales — Économies — Sociétés — Civilisations** — Paris, Librairie Armand Colin, ano VII, n.º 1, 2 e 3 (1952).
- Annales du Midi.** — Toulouse, tomos 63, 64, n.ºs. 16-18, 1951 — 1952.
- Archivos Venezolanos de Puericultura y Pediatría.** — Caracas, v. XIV, n.º 41, 1951.
- Arquivo do Distrito de Aveiro.** — Aveiro, n.ºs 68, 69, 1951, 1952.
- Arquivo de Beja.** — Beja, Boletim da Câmara Municipal, v. VIII, 1951.
- Arquitetura** — Lisboa, ano XIV, n.ºs. 42, 43, 1952.
- Ayrosa (Plínio).** — **Vocabulário Português-Brasilico.** São Paulo, Universidade de São Paulo, 1951.
- Beira Alta. Arquivo Provincial.** Viseu, ano IX, n.ºs 1, 2, 3, 1952.
- Bittencourt (Clemente Mariani).** — **Rui Barbosa.** Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 59 pp.
- Biblioteca.** — La Plata, n.ºs 3, 4, 1951.
- Blanco (Manuel Garcia).** — **Don Miguel de Unamuno y la Lengua Española.** Discurso inaugural del curso academico 1952-1953. Salamanca, 1952, 60 pp.
- Boletim.** — Angra do Heroísmo, v. I, 1950.
- Boletim do Instituto Vasco da Gama.** — Bastorá (Índia Portuguesa), n.º 67, 1952.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia.** — Buenos Aires, Vs. XXIV XXV, 1950, 1951.
- Bollettino della Società Geografica Italiana.** — Roma, v. IV, série VIII, 1951/2.
- Bouda (Karl).** — **Neue Baskisch-Kaukasische Etimologien.** Salamanca, Universidade de Salamanca, série Filosofia y Letras, tomo V, n.º 4, 1952, 16 pp.
- Brasil Açucareiro.** — Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, anos XIX e XX, vs. XXXIX e XL, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 1951 e 1, 3, 1952.
- Brasília.** — Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. VI, 1951.
- Brotéria.** — Lisboa, vs. LIV, LV, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 1952.
- Bulletin de l'Association Guillaume Budé.** — Paris n.ºs 1-2, 1952.
- Bulletin of Institute of Historical Research.** — 1952.
- Cadernos Mensais de Estatística e Informações do Instituto do Vinho do Pôrto.** — Pôrto, n.º 154, 1952.
- Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo.** — Offícios do Capitão General D. Luis Antônio de Sousa Botelho (Morgado Matheus). (1765-1766). São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, v. LXXIII, 1952, 216 pp.
- Dantas (Santiago).** — **Dois Momentos de Rui Barbosa.** Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 127 p.
- Estremadura. Boletim da Junta de Província.** Lisboa, n.ºs XVI, XVII, XVIII, 1948.

- Estudos.** Revista de cultura e formação católica. — Coimbra, ano XXX, n.os 303, 304, 305, 306, 307, 309, 1952.
- Estudios de Derecho.** — Facultad de Derecho y Ciencias Políticas de la Universidad de Antioquia, v. XIII, n.o 39, 1952.
- Extract from Symposium.** — Siracuse, v. V. n.o 2, 1951.
- Filosofia, letras y educación.** — Universidad Central del Ecuador, ano V. n.o 14, 1952.
- Gaceta Historica.** — San José de Cucuta, ano III, n.o 12, 1939.
- Gil Vicente.** — Guimarães, v. III, n.cs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 1952.
- Girão (Raimundo).** — **História Econômica do Ceará,** Fortaleza, 1947.
- Guimarães (Joaquim de Paula).** — **Síntese da História de Cruzeiro.** Cruzeiro. Edição comemorativa do cinquentenário do Município. 1951.
- Humanitas.** — Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. III, 1951.
- Investigações.** Revista do Departamento de Investigações. — São Paulo, ano I a IV, n.os 4 a 39, 1949 a 1952.
- Journal de la Société des Américanistes.** — Paris, Musée de l'Homme, tomo XLI, fasc. I, 1952.
- Lourenço Filho.** — A Margem dos "Pareceres" de Rui sobre o Ensino. Rio de Janeiro, separatas das Publicações da Casa de Rui Barbosa, 1945, 30 p.
- Kriterion.** Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. — Belo Horizonte, n.os 15, 16 (1951) e 19-20 (1952).
- Kusnezov (Nicolás).** — Un caso de evolución eruptiva, Paraná (Argentina), 1951.
- Leitura.** — Rio de Janeiro, ano VII, n.o 55, 1949.
- Levene (Ricardo).** — Contribución a la Historia del Tribunal de Recursos Extraordinarios. Buenos Aires, separata da Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, ano VI, n.o 26, 1951.
- Lima (Américo Pires de).** — O Conde de Hoffmannsegg e a flora do Brasil. Separata dos "Anais da Faculdade de Farmácia do Pôrto". vol. XII. 1952.
- Lima (Augusto Cesar Pires).** — Estudos Etnográficos, Filosóficos e Históricos. Pôrto, Junta da Provincia do Douro — Litoral, v. VI, 1951, 418 pp.
- Merêa (Paulo).** — Estudos de Direito Hispânico Medieval. T. I. Acta Universitatis Conimbricensis. 1952.
- Mollat (Michel).** — Le Commerce maritime normand à la fin du Moyen Âge. Paris. Librairie Plon. 1952. XXXV x 617 pp.
- Morais (M.S. Mendes).** — Repertório da Réplica de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1950, 175 pp.
- Moya (Salvador de).** — Índices genealógicos brasileiros. São Paulo, 1952.
- Neptuno.** Revista de Marinha Mercante. — Lisboa, n.o 197, 1952.
- Pereira (Edgard Batista).** — A Casa de São Clemente. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 46 p.
- Pereira (Edgard Batista).** — O Brasil e o Anti-Semitismo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, separata das publicações da "Casa de Rui Barbosa", 1945, 68 pp.
- Pereira (M. F. Pinto).** — Rui, grandeza d'alma. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 36 pp.
- Peres (Damião).** — Planta da Praça de Bissau e suas adjacências, por Bernardino Antônio Álvares de Andrade. Lisboa, 1952.
- Pires (Homero).** — Rui Barbosa e os Livros. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 5a. edição, 1949, 106 p.
- Portugal em África.** Revista de Cultura Missionária. — Lisboa, n.os 50, 51, 53, 1952.
- Proa.** — Asunción, ano II, n.os 8, 9, 1952.
- Prometeu.** Revista Ilustrada de Cultura. — Pôrto, v. IV. n.os 2, 3, 4, 1951.
- Quarterly Review.** — Ann Arbor, Michigan Alumnus, v. LVIII, n.o 18, 1952.
- Reconquista.** — São Paulo, v. III, n.o 1, 1952.

- Revista Brasileira de Filosofia.** — São Paulo. Instituto Brasileiro de Filosofia. Vol. II, fasc. 2 e 3, 1952.
- Revista Brasileira de História da Medicina.** — Rio de Janeiro, v. III, n.os 1, 2, 1952.
- Revista de Economia.** — Lisboa, v. V, n.os 2, 3, 1952.
- Revista da Faculdade de Direito.** — Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1952.
- Revista da Faculdade de Direito.** — São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. XLVI, 1951.
- Revista Filosófica.** — Coimbra, n.o 3 e 4, 1952.
- Revista Genealógica Latina.** — São Paulo, n.o 4, 1952.
- Revista de Guimarães.** — Guimarães, v. LXII, n.o 1, 2, 1952.
- Revista Interamericana de Bibliografia.** — Washington, v. I, II, n.os 1, 2, 3, 4, 1951/2.
- Revista do Instituto do Ceará.** — Fortaleza, tomo LXIV, 1950.
- Revista Médica Brasileira.** — Rio de Janeiro, v. XXXII, n.os 3, 4, 5, 6, 1952.
- Revista Marítima Brasileira.** — Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, ano LXX, n.os 7, 8, 9, 1951.
- Revista do Museu Júlio de Castilho.** — Pôrto-Alegre, ano I, n.o 2, 1952.
- Revista Portuguesa de Filosofia.** — Braga, tomo VII, fasc. 2, 4, 1952.
- Ribeiro (Darcy). — **A arte dos índios Kadiueu.** Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde, s/d.
- Revue de Synthèse.** — Paris. Editons Albin Michel, Julho-Dezembro de 1951. T. LXX.
- Rivista Storica Italiana.** — Nápoles, ano LXIV, fasc. II, 1952.
- Rui Barbosa e o Tribunal de Contas.** — Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 38 p.
- Rui Barbosa e o Exército (conferência às classes armadas).** — Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 184 p.
- Sal Terrae. Revista Mensual Hispanoamericana de Cultura Eclesiastica.** — Comillas, v. XL, n.os 3, 4, 5, 6, 7, 11, 1952.
- Serrano (Antonio). — **Un nuevo tipo de instrumento de piedra del litoral argentino.** Montevideo, 1930.
- Sicolorum Ginnasium.** — Università di Catania. Biblioteca della Facoltà di Lettere e Filosofia. 1950 e 1951.
- Smith (Carleton Sprague). — Livros Norte-americanos no Pensamento de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, separata das "Publicações da Casa de Rui Barbosa", 1945, 26 pp.
- Sociedade Geográfica de Lisboa.** — Lisboa, n.os 1, 3, 1952.
- Sousa (J. Ferreira). — **Rui, paraninfo dos bacharéis.** Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 42 pp.
- Sousa (Maria Mercedes Lopes). — **Rui Barbosa e José Marcelino.** Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1950, 232 p.
- Speculum. A Journal of Mediaeval Studies.** — Cambridge, The Mediaeval Academy of America, v. XXVII, 1952.
- Stella (Jorge Bertolaso). — **Centenário da morte de Eugênio Burnouf. Sua obra no campo lingüístico irânico e indiano.** São Paulo, separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XLVII, 1952.
- Subsídios para a História Marítima do Brasil. Extratos do Arquivo do Almirante Tamandaré.** — Rio de Janeiro, Imprensa Naval, v. X, 1951.
- Vértice. Revista de Cultura e Arte.** — Coimbra, v. XII, n.os 102, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 110, 1952.
- Viana (Mario Gonçalves). — **Antologia Portuguesa de Educação Física.** Lisboa, 1951. 39 pp.
- Idem. — **A arte de falar em público.** Pôrto. Editorial Domingos Barreira, 395 p.
- Idem. — **A corrida pedestre na antiguidade.** Lisboa, 1951, 52 pp.
- Idem. — **A natação em face da Vida e da História.** Lisboa, 1952.
- Idem. — **Técnica oratória.** Pôrto. Editorial Domingos Barreira, 496 pp.